

João Manoel Galdi

Em direção ao ressarcimento racional

O mito da reparação integral
do dano em casos de corrupção

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 1 |
| 1 Fundamentos teóricos e normativos da reparação integral | 7 |
| 1.1 O mito da reparação integral na Constituição da República..... | 7 |
| 1.2 O Direito Civil e a reparação integral: da origem à flexibilização | 11 |
| 1.3 O resarcimento de danos perante o Direito Administrativo Sancionador | 18 |
| 1.4 A reparação integral especificamente nos subsistemas de improbidade e anticorrupção..... | 22 |
| 2 O sonho da reparação integral no enfrentamento à corrupção..... | 31 |
| 2.1 O ocaso das leniências: dificuldades da implementação da reparação integral..... | 31 |
| 2.2 Análise de casos: demonstração das dificuldades práticas..... | 39 |
| 2.2.1 Licenças obtidas por corrupção..... | 39 |
| 2.2.2 Pesquisa de preços forjada | 41 |
| 2.2.3 Compra de cláusulas contratuais | 44 |
| 2.2.4 Impossibilidade de retorno ao status quo ante | 45 |
| 2.2.5 Impossibilidade de estimativa da propina | 47 |
| 2.2.6 Compra de votos para projetos desnecessários | 48 |
| 2.3 Dificuldades apreciadas: multiplicidade de elementos e falta de tempo-informação..... | 50 |

| | |
|--|------------|
| 3 Elementos do ressarcimento “integral” | 53 |
| 3.1 Pluralidade de elementos da reparação..... | 53 |
| 3.2 Propina | 55 |
| 3.3 Danos emergentes | 65 |
| 3.3.1 Sobrepreço e superfaturamento..... | 66 |
| 3.3.2 Danos decorrentes da paralisação de serviços públicos | 80 |
| 3.3.3 Valores antecipados e não adimplidos..... | 84 |
| 3.3.4 Cláusula penal..... | 86 |
| 3.3.5 Danos morais | 89 |
| 3.3.6 Danos em decorrência de cartelização | 98 |
| 3.4 Lucros cessantes | 106 |
| 3.5 Perda de uma chance..... | 111 |
| 3.6 Aspecto sancionatório: multas das Leis de Improbidade e Anticorrupção | 116 |
| 4 Da disciplina dos lucros ilícitos do corruptor | 123 |
| 4.1 O outro lado da reparação: a pretensão restitutória..... | 123 |
| 4.2 Ressarcimento único: (im)possibilidade de acumulação de pretensões | 129 |
| 4.3 Enriquecimento real e o Produto Bruto Mitigado | 139 |
| 4.4 Da compensação pelo Confisco/perdimento | 156 |
| 4.5 Das dificuldades de definir o nexo causal | 170 |

| | |
|---|------------|
| 5 Em busca do caminho para a reparação racional | 179 |
| 5.1 A reparação racional como faceta da superação da indisponibilidade do interesse público..... | 179 |
| 5.2 A reparação racional como estratégia interpretativa satisfatória... | 185 |
| 5.3 A aplicação da reparação racional como imposição da realidade..... | 192 |
| 5.4 Reparação racional em um cenário de segurança jurídica | 201 |
| Conclusão | 209 |
| Referências..... | 215 |